

Cartas do século XV como fonte para a História da Educação: uma leitura metodológica

Thiago Borges de Aguiar*

Resumo

Neste artigo apresentamos uma leitura metodológica do uso de cartas do século XV como fonte para a História da Educação a partir de nossa experiência com o estudo das cartas de Jan Hus. Destacaremos dois dos principais problemas enfrentados no trabalho com essa documentação: a organização das cartas em epistolários de originais e traduções e a necessidade de referências na retórica medieval que permitam compreender a escrita das cartas. Para embasar esta reflexão, apresentamos também parte de nosso percurso metodológico de levantamento bibliográfico inicial.

Palavras-chave: Epistolografia, Jan Hus, Tradução, Ars dictandi

Letters of the fifteenth century as source for the History of Education: a methodological reading.

Abstract

In this article we present a methodological reading of the use of letters of the fifteenth century as a source for the History of Education, based on our experience with the study of letters of Jan Hus. We will highlight two major problems faced in working with this documentation: the arrangement of letters and translations of the original correspondence and the need for medieval rhetoric references to comprehend the writing of letters. To support this reflection, we also present part of our methodological path of the initial literature review.

Keywords: Epistolography, Jan Hus, Translation, Ars dictandi

Na apresentação da obra que organizaram sobre estudos de cartas, GALVÃO e GOTLIB (2000, p. 9) afirmam haver uma “disparidade entre o volume de cartas – escritas por artistas, intelectuais, personalidades históricas – e o número reduzido de estudos”. Não obstante, MACIEL (2002, p. 206) destaca que “o gênero epistolar vem se consolidando como um campo investigativo na literatura”, especialmente depois da abertura da correspondência de Mário de Andrade. Porém, “não se pode dizer o mesmo com relação a outras áreas, entre elas a educação”. O uso de cartas como fonte para a História da Educação é, portanto, recente e ainda pouco divulgado.

Em nossa pesquisa de doutorado (AGUIAR, 2010) pesquisamos o caráter educativo das cartas do clérigo Jan Hus¹ e a transmissão de seu legado educativo desde sua morte até os dias de hoje. Nela, enfrentamos o desafio de investigarmos o fenômeno educativo por meio de cartas do século XV, escritas por um clérigo da região da Boêmia, a seus amigos, opositores, seguidores e até para um dos papas da época. Durante nossa pesquisa, dois problemas metodológicos fizeram-se presentes. O primeiro consistiu na organização das cartas que estavam agrupadas em diferentes epistolários, com originais em latim e/ou tcheco e traduções para o inglês. Numerações, títulos, destinatários e até mesmo o conteúdo de determinadas cartas variavam entre os epistolários. O segundo

problema consistiu na leitura de um texto que possui regras de escrita um tanto diferentes das que encontramos nas cartas dos séculos seguintes. Encontrar, por vezes, o motivo pelo qual determinada carta foi escrita exige uma compreensão da função retórica de um conjunto significativo de frases que, para os dias de hoje, podem parecer apenas palavrório.

Neste artigo, apresentamos uma descrição de como resolvemos estes dois problemas metodológicos, preparando as fontes para nosso trabalho de pesquisa. Quando iniciamos nossa pesquisa em 2006, dispúnhamos apenas de uma obra contendo as cartas de Hus: a tradução de SPINKA (1972) para a língua inglesa. Por meio desta tradução, soubemos da existência de uma compilação tcheca dessas cartas organizada por NOVOTNÝ (1920). Não tínhamos maiores informações sobre esses epistolários, bem como nossa compreensão da figura que nos propusemos a estudar também era restrita. Partimos, então, para um levantamento bibliográfico.

Em primeiro lugar, levantamos os periódicos que tratassem de temas relacionados a nossa pesquisa. Eles foram selecionados a partir de busca simples pelos temas “educação”, “história” e “religião” no catálogo online *Dedalus* da Universidade de São Paulo (local onde realizamos nossa pesquisa) dos acervos das bibliotecas da Faculdade de Educação e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Dentre os listados, consultamos os

* Endereço eletrônico: tbaguiar@usp.br

índices disponíveis de dois: “Revista de História” e “Traditio”. A lista dos periódicos pesquisados

encontra-se na tabela 1, a seguir.

Nome do Periódico	Publicação	Período Pesquisado
Antonianum	Roma – Pontificii Athenaei Antoninai de Urbe	jan-mar/2000 a abr-jun/2005
Boletim do Centro de Memória da Unicamp	Centro de Memória da Unicamp	jan-jun/1989 a jan-jun/1995
Cadernos de História e Filosofia da Educação	FEUSP	1993 a 2002
Educação e Pesquisa	FEUSP	jan-jun/1999 a mai-ago/2005
Episteme: Filosofia e História das Ciências em Revista	UFRGS	1997 a jan-jun/2002
Estudos de História	Franca-Unesp	1994 a 1997
Estudos Leopoldenses: Série História	Unisinos – São Leopoldo, RS	jul-dez/1997 a jan-jun/2000
Fragmentos de Cultura	Universidade Católica de Goiás	nov-dez/1998 a set/2005
Harvard Educational Review	Harvard Graduate School of Education	fall 1996 a spring 2005
História da Educação	Associação Sul-Riograndense de Pesquisadores em História da Educação (Pelotas-RS)	abr/1997 a set/2004
History of Education Quarterly	History of Education Society & School of Education, Indiana University – Bloomington	summer/1996 a winter/2004
Paedagogica Historica		1964 a 1990
Revista Brasileira de História	ANPUH	set/1981 a 2004
Revista Brasileira de História da Educação	Sociedade Brasileira de História da Educação	2001 a 2004
Revista de História	FFLCH-USP	jul-set/1950 a 2ºsem/2004
Revista de História das Idéias	Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	1999 a 2003
Traditio	Studies in Ancient and Medieval History, Thought and Religion – Fordham University Press – New York	1958 a 1999

Tabela 1. Lista dos Periódicos Pesquisados.

Partimos da leitura de cada um dos exemplares disponíveis nas bibliotecas mencionadas nos casos em que não havia índice por temas. Encontramos um único artigo que tratava diretamente de Jan Hus: o de OBERG (1971), na Revista de História. Do total de 3.043 artigos pesquisados, encontramos 86 que tocam marginalmente algum aspecto de nossa

investigação e foram registrados para posterior consulta.

Pesquisamos, também, a base eletrônica de artigos JSTOR, The Scholarly Journal Archive. Como critério de pesquisa, utilizamos as palavras-chave “Jan Hus”, “John Hus” e “Bohemia” em todos os campos, apenas artigos completos, incluindo citações e nos periódicos de antropologia, educação, história, linguagem e

literatura, filosofia, ciência política, estudos populacionais, estudos eslavos e sociologia.

Realizamos a pesquisa em 227 periódicos internacionais e obtivemos como retorno 1.768 referências. Analisamos cada uma das duzentas primeiras mais relevantes: 18 periódicos ofereceram 33 artigos, sendo que destes apenas 5 relacionados ao tema de nossa investigação. Destacamos o artigo “The liturgical reforms of John Hus”, de Enrico C. S. MOLNAR (1996), da Bloy House Theological School, por sua afirmação que Hus é um educador ao propor reformas litúrgicas que visavam à educação religiosa do povo².

Para o levantamento de Teses e Dissertações na USP, partimos da base *Dedalus* (acervo global). Selecionamos, pelo índice, 894 teses a partir de 22 temas, a saber: História, História da Arte, História da Educação, História da Europa, História da Música, História (Estudo e Ensino), História Medieval (Idade Média), História Medieval-Occidente (sociedade), Religião, Religião (Filosofia) Séc 13, Religiões Cristãs, Religiões, Religião (História), Boêmia, Educação, Educação Religiosa, Educação Religiosa no Brasil, Concílios, Arte, Teologia, Universidade, Universidades (Questões Gerais). Nenhuma destas teses tratou diretamente de assuntos relacionados com os de nossa investigação.

Também fizemos busca por título, utilizando os termos Idade Média, Boêmia, Medieval?, João Huss, Igreja, Tcheco?³. Encontramos, das 106 listadas, apenas uma tese, a do já citado Renato OBERG (1972), que tratava de Jan Hus e foi fundamental para ampliarmos nossa visão das fontes que dispúnhamos.

Consultamos, também, bases eletrônicas internacionais de teses e dissertações, com destaque para a ProQuest, na qual utilizamos busca simples pelos termos “Jan Hus”, “John Hus” ou “Bohemia” constantes no Abstract. Obtivemos 140 citações, das quais selecionamos seis trabalhos. Destes, um contribuiu mais diretamente com nossa pesquisa, o de CHODAN (1999), que contribuiu com nossa leitura sobre a transmissão do legado hussita (v. AGUIAR, 2010, capítulo 3)

Especialmente a partir da tese de OBERG, tivemos ciência da existência de diversos materiais sobre Hus em língua inglesa, francesa, alemã e latina, com as quais o autor trabalhou. Mas, principalmente, soubemos da existência de outras duas traduções das cartas de Hus, a saber, de BONNECHOSE (1846) e de WORKMAN & POPE (1904).

Dada a pouca disponibilidade de livros de Hus e a seu respeito no Brasil, tivemos acesso às

obras que utilizamos em nossa tese por três meios: aquisição de livros em lojas internacionais via Internet, via serviço de empréstimo internacional da USP e *download* de obras digitalizadas e em domínio público disponíveis em sites na Internet (Google Books, Online Library of Liberty, The Moravian Archives). Outra importante via de acesso às obras de Hus foram os contatos que estabelecemos ao longo dos anos com bibliotecas e pesquisadores. Destaque especial ao Sr. Renato Oberg, que gentilmente nos recebeu em sua casa e nos emprestou importantes obras que utilizou para a elaboração de sua tese no início da década de 1970.

Organizando as cartas

As cartas de Hus foram publicadas diversas vezes ao longo dos séculos seguintes à sua execução. Uma primeira edição foi feita pelo reformador Martinho Lutero, em 1536, na cidade de Wittemberg. (BONNECHOSE, 1846, p. 1) Por ocasião da convocação do papa Paulo III para o Concílio de Trento, que ocorreu apenas em 1542, ele traduziu quatro cartas de Hus para o latim e as apresentou junto com outros documentos da época do Concílio de Constança.

No ano de **1537**, Lutero publicou uma edição completa das cartas de Hus, intitulada *Epistolæ Quædam Piissimæ et Eruditissimæ*. (LUTERO, 1537) Após essa publicação de Lutero, as cartas foram novamente compiladas em outras edições ao longo dos séculos seguintes. Tomamos conhecimento de três delas. A primeira intitula-se *Historia et Monumenta J. Hus atque Hieronymi Pragensis Confessorum Christi* (HUS; HIERONYMUS, 1558), a qual nos referiremos posteriormente como *Monumenta*. Foi publicada em Nuremberg, no ano de **1558**, por Johann vom Berg [Joannes Montanus] e Ulrich Neuber [Ulricus Neuberus], e reimpressa em Frankfurt, **1715**.

A segunda obra, editada por František Palacký (1798-1876), político, escritor e Real Historiador da Boêmia, intitula-se *Documenta Mag. Joannis Hus. 1403-1418* (PALACKÝ, 1869). Utilizaremos a palavra *Documenta* para nos referirmos posteriormente a esta edição. Foi publicada em Praga no ano de **1869** e contém, além das cartas, mais de uma centena de documentos da época.

A terceira, editada por Václav Novotný, intitula-se *M. Jana Husi Korespondence a dokumenty* (NOVOTNÝ, 1920). Para nos referirmos a ela posteriormente, utilizaremos a palavra *Korespondence*. Foi publicada em Praga no ano de **1920**. Também contém, além das cartas,

documentos da época de Hus. É hoje a obra mais completa e utilizada no contexto acadêmico tcheco.

Encontramos três edições traduzidas das cartas de Hus baseadas no *Monumenta*, no *Documenta* ou no *Korespondence*. Embora essas obras não contenham apenas as cartas de Hus, as traduções às quais nos referimos apresentam apenas a correspondência. A primeira é datada de 1846 e foi traduzida para o francês, a partir do *Monumenta*, por Émile de Bonnechose. Esta tradução de Bonnechose foi posteriormente publicada em inglês com o título “Letters of John Huss, written during his exile and imprisonment; with Martin Luther’s Preface; and containing a General View of the Works of Hus” (BONNECHOSE, 1846). O tradutor do francês para o inglês, Campbell Mackenzie, não é muito citado e esta obra é normalmente referenciada ao seu autor francês.

A segunda é datada de 1904 e foi traduzida a partir do *Documenta*. O título original é “The letters of John Hus” e foi traduzida do latim para o inglês por R. Martin Pope, com notas explicativas escritas por Herbert B. Workman (WORKMAN;POPE, 1904).

A terceira, a mais recente, é datada de 1972 e foi traduzida a partir do *Korespondence*. O título original é “The Letters of John Hus”, traduzido do latim e do tcheco para o inglês por Matthew Spinka (SPINKA, 1972). Sabemos da existência de outras edições tchecas, bem como de uma tradução para o alemão, para as quais remetemos o leitor à bibliografia de nossa tese (AGUIAR, 2010, p. 276 e seguintes). A figura 1 apresenta uma “linha do tempo” que localiza as principais edições das cartas de Hus.

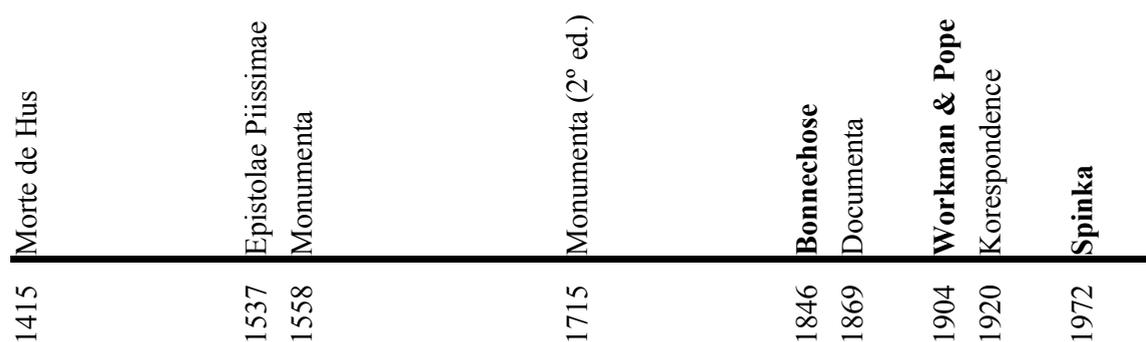


Figura 1. Principais edições das cartas de Hus – linha do tempo

As três traduções (Bonnechose, Workman & Pope e Spinka) oferecem suportes por parte dos tradutores à leitura das cartas, apresentando contextos de produção, explicação de nomes e termos bem como a inclusão de textos explicativos. Bonnechose traduziu, além das cartas, os prefácios e comentários de Lutero. Escreveu apontamentos a respeito da obra de Hus e uma análise de um dos tratados deste clérigo: *De Ecclesia*.

Workman e Pope produziram uma compilação com uma contextualização mais extensa, se comparada com as outras duas. Para cada pequeno grupo de cartas, eles apresentam comentários e narrativas dos eventos que subsidiam a compreensão do contexto de produção. Apresentam, também, uma breve introdução sobre as edições das cartas e uma tabela comparativa entre o *Documenta* e o *Monumenta*.

Spinka apresenta diversas notas explicativas sobre os personagens históricos citados nas cartas, os destinatários, os eventos históricos relacionados e as citações bíblicas e de outros livros. No entanto, para o aprofundamento

no contexto de produção das cartas, remete o leitor a sua biografia de Hus, intitulada *John Hus: a biography*.

Nós lemos essas três traduções, e as comparamos com a edição de Palacký (as edições de Novotný e de Lutero chegaram às nossas mãos já durante a revisão final de nossa tese) e organizamos um banco de dados com os resultados dessa comparação. Nesse banco, registramos o número da carta, título, data, local, estrutura, palavras-chave, língua, destinatário(s) e, principalmente, a numeração nas diversas edições dos epistolários (v. AGUIAR, op. cit., p. 291 e seguintes). Não deixamos de anotar as perguntas que a leitura trazia, bem como comentários dos biógrafos de Hus que se relacionavam diretamente com os documentos com os quais estávamos trabalhando. Parte do resultado dessa organização é o que segue.

Dispomos de um total de 107 cartas. Destas, 102 foram escritas por Hus (constituindo sua correspondência ativa), 4 tiveram-no por destinatário (constituindo sua correspondência passiva) e uma, a de número 48a, foi escrita por um apoiador de Hus para seus amigos na Boêmia

e foi incluída nesta lista por fazer parte das edições de Bonnechose e de Workman e Pope, o que atesta sua relevância na compreensão de eventos ligados à vida do clérigo. Quase todas as 107 cartas estão presentes na edição de Spinka, que reúne 105 cartas (todas da correspondência ativa e três da passiva). As outras duas cartas não presentes na edição de Spinka estão ambas presentes nas edições de Workman e Pope e de Bonnechose. Workman e Pope reúnem 88 cartas (83 ativa, 4 passiva e a carta 48a) e Bonnechose, 56 (51 ativa, 4 passiva e a carta 48a). Entendemos que essa diferença ocorre porque cada uma das edições baseou-se numa edição tcheca ou alemã anterior.

Tivemos que assumir uma posição com relação à numeração das cartas. Decidimos seguir a de Spinka, por ser a edição mais completa e apresentar as cartas em ordem cronológica. No entanto, as quatro cartas que aparecem no apêndice do livro desse autor, bem como as duas cartas ausentes em sua tradução mas presentes nas obras dos outros tradutores, incluímos por aproximação cronológica ao longo da numeração, seguidos da letra “a”, como fizemos acima ao citarmos a carta 48a. Seguir a numeração de Spinka também implicou em aceitar que algumas cartas (por exemplo, 34, 61, 97 ou 100) não estão divididas em duas, conforme apresentaram Workman e Pope ou Bonnechose.

Apenas Workman e Pope e Spinka apresentaram datações para as cartas. Estas, porém, divergem quando não indicadas explicitamente no texto. A carta 28, por exemplo, Workman e Pope afirmam ser de “outubro de 1412” enquanto Spinka propõe “outono” do mesmo ano. Igualmente ocorre na carta 33, com as datações “final de abril de 1413” ou “antes de 25 de abril de 1413”. Em outras, há distâncias temporais grandes, como é o caso da carta 11, datada de “outono de 1408”, para Workman e Pope, e “cerca de agosto de 1410”, para Spinka. No caso desta carta, a distância não interfere tanto na compreensão do curso dos eventos, porém, não ocorre o mesmo com a de número 101.

Para Spinka, e também para Novotný, o editor tcheco da correspondência hussita, a carta 101 é a última que Hus escreveu, tendo-o feito na véspera de sua execução, em 5 de julho. Se assim o for, ela marca a audiência de 5 de junho como decisiva para a condenação do reformador boêmio, pois Hus a relembra no dia antes de ir à fogueira. Por outro lado, se ela tiver sido escrita em 7 de junho, como propõem Workman e Pope, ela é apenas um relato dessa audiência, não atribuindo a esse evento a força que ele teria se

tivesse sido lembrado no dia 5 de julho. Assumimos a datação de Spinka.

O ineditismo da existência de textos de Jan Hus em língua portuguesa, bem como a existência de versões diferentes em inglês, compeliu-nos a enfrentar a construção de uma versão em português para suas cartas. Recorremos a alguns estudos sobre o processo tradutório de modo a subsidiar nosso trabalho. O livro de ALVES, MAGALHÃES e PAGANO (2003), trata de estratégias de tradução e propõe um modelo didático do processo tradutório. Ele permitiu-nos compreender sua complexidade e de que maneiras conduzi-lo para assegurar sua qualidade.

Os autores, em sua obra, revisam um conjunto de crenças sobre a tradução e o tradutor. Destas, destacamos a antiga afirmação que o tradutor é um traidor e que sempre há certo grau de traição ao original quando se traduz um texto. Essa afirmação parte do pressuposto equivocado que as línguas possam ser automaticamente transpostas umas para as outras, distanciando-se dos contextos histórico-culturais nos quais os discursos se processam. As pesquisas a respeito do processo tradutório revelaram a complexidade desse ato. Desse modo, por exemplo,

podem ser realizadas diferentes traduções de um mesmo original de acordo com os objetivos pretendidos, o público-alvo, a função que se busca atribuir ao texto traduzido e outros fatores mercadológicos ou não que participam das decisões a serem tomadas na recriação de um texto numa nova língua e cultura. (p. 15)

Eles também realizam um estudo e uma descrição de estratégias de busca e de análise e como estas atuam durante a tradução de um texto. Fazem parte desse processo: a definição de unidades de tradução, a busca de subsídios internos (cognitivos referentes principalmente à memória e a mecanismos inferenciais) e externos (fontes textuais e computacionais), e a análise macro (gênero, texto e contexto) e microtextual (palavras e estruturas gramaticais).

Definir qual o tamanho ideal das Unidades de Tradução (UTs) num texto é posicionar-se perante a dicotomia “fidelidade versus liberdade”. Quanto menor for a UT, no nível lexical, por exemplo, maior é a fidelidade que busca o tradutor. A partir do advento das pesquisas linguísticas das décadas finais do século XX, especialmente a Análise do Discurso e a Teoria da Funcionalidade, a UT ideal seria todo o texto, o que garantiria a total liberdade. Para tentar

romper com essa dicotomia, os autores propõem uma definição de UT na qual

suas características individuais de delimitação e sua extrema mutabilidade contribuem fundamentalmente para que os textos de chegada tenham formas individualizadas e diferenciadas. O foco de atenção e consciência é o fator direcionador e delimitador da unidade de tradução e é através dele que ela se torna momentaneamente perceptível. (p. 38)

Alves, Magalhães e Pagano propõem um modelo de fluxo que descreve possíveis caminhos que percorremos ao traduzir. Analisamos e refletimos sobre esse modelo durante as atividades práticas sugeridas no livro. Em seguida, realizamos a tradução de algumas cartas de Hus, de modo a não apenas aproximarmos-nos ainda mais de seus escritos e de suas ideias, mas também a observar nossas próprias estratégias de tradução, permitindo uma maior consciência do processo que realizávamos. O modo mais fácil de explicar como isso ocorreu é apresentando um registro do trabalho de tradução inicial e de como tomamos nossas decisões.

Iniciamos montando um quadro comparativo das edições, procurando nas cartas por elementos que nos permitissem encontrar o mesmo documento com suas três traduções. Para cada carta traduzida, fizemos uma leitura completa na edição de Spinka para apreender o sentido geral da carta.

A cada parágrafo, procuramos definir UTs que fossem comparáveis nas três edições. Como há diferenças de voz e de pontuação, por vezes trabalhamos com frases, em outras com orações e houve ainda momentos com os quais operamos a partir de expressões ou palavras. Às UTs não disponíveis para tradução automaticamente, a partir de recursos internos (memória de tradução e inferência, por exemplo), oferecemos um tratamento no qual utilizamos os recursos externos disponíveis (dicionários, tradutores eletrônicos, um corpus bidirecional português-inglês etc.) para encontrar a melhor tradução.

Deparamo-nos com as seguintes situações, diante das quais tomamos os caminhos descritos a seguir:

1. As UTs são idênticas nos textos. Procedemos à tradução, observando a coerência com os trechos precedente e posterior, os sentidos que determinadas palavras assumem em inglês e a adequação vocabular em português. Analisamos, então, qual a melhor colocação da voz, apostos e palavras conectivas em português.

2. As UTs são semelhantes, porém contendo palavras diferentes. Procedemos à redução das UTs temporariamente ao nível lexical, comparando os sentidos. Caso essas palavras tenham sentidos próximos e estes não modifiquem a possível ideia original do autor, a melhor palavra em português é escolhida para o texto. Caso essas palavras tenham sentidos diversos, retornamos à UT original e tomamos decisões com base no contexto que se encontra para selecionar qual será mantida no texto final. Estas escolhas foram registradas em notas de tradução.

3. As UTs são semelhantes, porém escritas em ordem ou em voz diferente. Procedemos à tradução escolhendo a ordem ou a voz melhor adequada à versão em língua portuguesa.

4. As UTs são semelhantes, porém com palavras que só existem em uma ou duas das versões. Procedemos à tradução, analisando se o sentido dessas palavras está implícito nas palavras das outras versões ou pode ser traduzido numa única palavra. Caso não esteja implícito ou não possa ser traduzido, ambas são traduzidas. Em todos os casos, anotamos no rodapé a diferença.

5. Toda a UT só existe em uma das versões. Procedemos à tradução e anotamos essa circunstância no rodapé.

Após traduzirmos cada parágrafo, relemos o trecho traduzido, realizando pequenas alterações para aperfeiçoá-lo: seja uma palavra, seja a transformação de duas frases em uma ou vice-versa, seja a divisão do parágrafo em dois entre outras ações pontuais. O mesmo fizemos ao final da tradução de toda a carta. Ao longo do processo, algumas dúvidas foram esclarecidas a partir da comparação do trecho nas versões em latim ou em tcheco.

Esse registro pode parecer um tanto pragmático, ainda mais de um processo tão carregado de subjetividade como é o da tradução. É o que percebemos ao interagirmos com outros trabalhos, como os artigos de OLIVEIRA (2007), que trata de diversas correntes de tradução, e o de MORAES (2002), que estuda as relações entre a tradução e a subjetividade. Por meio destes textos encontramos elementos para refletirmos acerca de diferentes conceitos de língua e de sujeito e o modo como estes conceitos contribuem para uma leitura menos carregada de nossos sentidos subjetivos.

Arrojo, citada por OLIVEIRA (p. 109), afirma que, na linha teórica da Desconstrução:

O leitor de um texto não pode proteger os significados originais de um autor

porque, a rigor, nem o próprio autor poderia estar plenamente consciente de todas as intenções e de todas as variáveis que permitiram a produção e a divulgação de seu texto. Da mesma forma, no momento da leitura, o leitor não poderá deixar de lado aquilo que o constitui como sujeito e como leitor — suas circunstâncias, seu momento histórico, sua visão de mundo, seu próprio inconsciente. [...] somente poderá estabelecer uma relação com o texto [...], que será sempre mediada por um processo de interpretação, um processo muito mais ‘criativo’ que ‘conservador’, muito mais ‘produtor’ do que ‘protetor’.

O texto lido como um escrito desprovido de sentido único possibilita a construção do leitor sobre ele. Essa construção consiste na elaboração de novos sentidos por quem lê. É por isso que a autora apresenta a tradução, vinculada à linha teórica da Desconstrução, como um ato não de equivalência, mas de “transformação de um texto em outro” (*ibidem*, p. 108).

Estas reflexões despertaram em nós uma preocupação com as atribuições de sentido que nós fazemos quando lemos um texto e que na tradução podem resultar num texto esquecido de seu contexto de produção. Nesse processo, por não nos prendermos somente às palavras, pudemos imergir nas ideias de Hus e “discuti-las” com seus tradutores, percebendo o quanto num trecho um deles estava preocupado em ser “literal” enquanto o outro estava preocupado em compreender o sentido. As notas dos tradutores para a língua inglesa também foram importantes por apontarem dificuldades na tradução do latim de alguns trechos.

Diante de um trecho, apresentado por vezes com até cinco versões diferentes (três em inglês, uma em latim e uma em tcheco), quão objetiva e “literal” pode ser nossa tradução? Quão rígida pode ser a descrição do processo? Cada tradutor e editor fez um esforço de compreensão da escrita hussita para atribuir-lhe um sentido. Não foi diferente para o nosso caso. Reescrevemos as palavras de Hus em nossa língua, depois de muitas horas de “conversa” com Palacký, Novotný, Bonnechose, Workman, Pope, Spinka e o autor das cartas. A reunião dos dados e dos indícios obtidos nessa “conversa” fizeram parte do processo de leitura das fontes com as quais trabalhamos.

Lendo das cartas

Para construirmos as versões em português das cartas que utilizamos em nossa investigação sobre a figura de Jan Hus, outro elemento se fez necessário: a compreensão do modo como aqueles textos eram escritos. Para uma pessoa como Hus, clérigo e professor universitário, mesmo a escrita privada era feita com um maior grau de formalidade, submetida a regras e convenções de acordo com seu lugar e o de seus interlocutores na sociedade. Hus trabalhava sob essas regras e convenções em virtude de sua formação universitária, impregnando-se delas em seus estudos dentro do currículo medieval. Formado Mestre em Artes na Universidade de Praga, Hus vivenciou os estudos do *trivium* e do *quadrivium*. Como não temos referências de como era organizado esse currículo em Praga, podemos fazer apenas aproximações a partir de outras universidades do período. Na Faculdade de Artes de Paris estuda-se mais a lógica e a dialética além das ciências matemáticas e astronômicas, enquanto em Bolonha insiste-se mais na retórica. (LE GOFF, 2003, pp. 105-106).

Com relação a esta última disciplina, sua abrangência é ampla por tratar da linguagem humana. Originada na antiguidade greco-romana, ela ganha desde o século XII “novos tons” a partir da força das artes poéticas (literatura). Nos séculos seguintes, os tratados de retórica passam a ser mais específicos em relação ao objeto que tratam, especializando-se em tratados de arte oratória, de arte poética e de *ars dictandi*, o estudo da retórica da escrita de cartas. (MONGELLI, 1999, p. 74 e 93-94)

A tradição da adaptação do discurso clássico às peculiaridades da carta começou no norte da Itália no século XI, tendo um grande desenvolvimento da *ars dictandi* em Bolonha no século seguinte. (TIN, 2005, p. 32) Diversos tratados foram escritos nessa época e são todos muito semelhantes com relação ao seu conteúdo. Em 1135, em Bolonha, um autor, cuja identidade nos é desconhecida, escreveu um tratado sobre as regras para a escrita de cartas (*Rationes dictandi*). Foi somente após a leitura desse texto que, reconhecendo nas cartas de Hus as características presentes nessas regras, conseguimos entender a escrita do clérigo da Boêmia e, por meio dela, sua figura de educador. Dedicemos, portanto, algumas páginas para entender a formalidade da escrita epistolar medieval.

O autor anônimo de Bolonha inicia seu texto (*ibidem*, pp. 81-109) apresentando-o como oriundo de pedidos de professores para uma breve exposição sobre as regras para escrever cartas. O opúsculo está dividido em treze partes. A primeira é o prefácio. Na segunda, o autor aponta como um

texto escrito deve ser, definindo-o como “uma adequada e conveniente exposição escrita sobre alguma coisa, ou memorizada ou enunciada em discurso ou por escrito”. Diferencia textos métricos, rítmicos e prosa e afirma que o último deve ser “conveniente e simples (...) porque as palavras de um escritor poderiam alcançar até o menos educado ou as mais ignorantes pessoas” e “em conformidade com as circunstâncias”. Em seguida, na terceira parte, define o que é uma carta (p. 83):

Uma epístola ou carta, então, é o adequado arranjo das palavras assim colocadas para expressar o sentido pretendido por seu remetente. Ou, em outras palavras, uma carta é um discurso composto de partes ao mesmo tempo distintas e coerentes, significando plenamente os sentimentos de seu remetente.

Estrutura, então, o autor de Bolonha, a carta em cinco partes: saudação (*salutatio*), captação da benevolência (*captatio benevolentiae*), narração (*narratio*), petição (*petitio*) e conclusão (*conclusio*). E segue, nas partes 5 a 9 do texto, com um detalhamento delas. Destacamos o espaço dedicado à **saudação** no tratado desse autor anônimo do século XII. Ele utilizou quase metade do texto visível na edição consultada com essa explicação. Por que o fez? A definição do autor pode nos dar uma pista: “A saudação é uma expressão de cortesia que transmite um sentimento amistoso **compatível com a ordem social** das pessoas envolvidas.” (grifo nosso) Numa sociedade que valoriza o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade e estabelece regras para a relação entre aqueles que o ocupam, a carta precisa apresentar claramente o lugar de quem escreve e para quem escreve.

A saudação pode ser de três tipos: prescrita, com o nome do destinatário escrito primeiro, seguido por suas qualificações; subscrita, com o nome do destinatário ao fim, com todas as suas qualificações; circunscrita, com o nome do destinatário “escrito em vários lugares”. Para escolher qual delas utilizar, o critério é justamente a ordem social, de modo que, quando alguém escreve cartas e

a diferença entre os estados das pessoas envolvidas é conhecida, ele deve levá-la em consideração primeiramente se o propósito é de um homem escrever para outro homem, ou de um escrever para vários, ou de vários para um, ou de vários

para vários; e se de um igual para outro igual, de um inferior a um superior ou de um superior a um inferior.

Com essa preocupação, aquele que for superior deve aparecer primeiramente na saudação. Em seguida, o autor dá exemplos e regras de saudações a diversos tipos de pessoas. Conclui a parte sobre saudações o autor de Bolonha com uma consideração da importância de conhecer diversas saudações de modo que elas estejam adequadas ao tema da carta.

Após o estudo da saudação, o autor apresenta a **captação da benevolência** que é “uma certa ordenação das palavras para influir com eficácia na mente do destinatário”. A boa disposição para ler a carta pode ser assegurada por cinco modos: pela pessoa que envia a carta, se menciona humildemente alguma coisa sobre seus negócios, obrigações ou razões; pela pessoa que a recebe se, além da humildade do remetente, os louvores ao destinatário estiverem presentes; por ambas, imediatamente; pelo efeito das circunstâncias, se alguma coisa é acrescida que seja apropriada a ambas as pessoas envolvidas, ou que esteja no propósito das coisas, ou poderia ser adequadamente ou razoavelmente associada à boa disposição (com palavras como intimidade, afeição, companheirismo, familiaridade, senhorio e serviço, sentimento paternal e sentimento filial etc.); pela matéria em questão, destacando-se o grau de sua importância. Ao longo das cartas, palavras que expressem boa disposição devem ser repetidas, como nomes que indiquem a honra ou a glória do cargo do destinatário.

A **narração** é a apresentação dos fatos da carta e deve ser breve e clara. Será simples se tratar de apenas uma matéria e complexa se compreender a exposição de várias matérias. Após a narração, o autor apresenta a **petição**, na qual “se tenta pedir alguma coisa”. Ele apresenta nove tipos de petição: suplicatória (súplica), didática (o que deve ou não ser feito, por preceitos), cominativa (ameaças), exortativa (o que deve ou não se feito, por insistência), incitativa, admonitória (advertência), de conselho autorizado (aconselhamento), reprovativa (reprovação) e direta (simplesmente enunciando o pedido). Elas podem ser, também, simples ou complexas.

A **conclusão** é o término da carta e pode ser usada para afirmar ou negar, referir-se às vantagens ou não da matéria tratada, resumindo o que foi apresentando na narração. A carta é finalizada, então, sem se remeter à sua matéria, na primeira pessoa (“Eu saúdo Pedro e Paulo”), na segunda pessoa (“Adeus, Pedro e Paulo, meus amigos e irmãos”) ou na terceira pessoa (“Possas a

boa fortuna ser cada vez maior para Pedro e Paulo”).

Dos últimos quatro itens das regras para escrever cartas, os de número 10 e 11 tratam dessa estrutura, considerando quais dessas partes podem ser omitidas e como a sequência pode ser alterada. Com relação ao primeiro, o autor considera possível, para tornar uma carta breve, omitir a conclusão (por inutilidade ou inconveniência) e até mesmo a petição (se não houver nada a pedir). Porém, a omissão da narração impede a carta de estar completa. Para escrever uma carta abreviada é possível omitir também a saudação. Porém, se esta for omitida, também deve sê-la a captação da benevolência.

Ao discutir a ordem das partes, o autor defende a sequência na qual as apresentou, mas reconhece algumas possibilidades de variações: inversão da narração e da captação da benevolência (os sentimentos receptivos do destinatário antecedem a petição); a captação da benevolência após a narração e a petição, com ausência da conclusão (assegurar maior efeito nas cartas de resposta); a petição antes da narração (se feita com cuidado); articulação entre narrações e petições simples e complexas (podendo ser apresentadas partes de uma seguidas de partes da outra). Conclui suas regras o autor de Bolonha com uma discussão gramatical, antes afirmando que “toda carta deve ser arranjada dentro de um formato conveniente, como dito anteriormente, ou em conformidade com as circunstâncias”.

Não temos informações para afirmar que Hus tenha lido este texto. Podemos, no entanto, levantar hipóteses a respeito da influência dessas regras na escrita hussita. Não nos esqueçamos, como já afirmamos, que ele estudou as artes do *trivium* na Universidade de Praga e que havia grande semelhança entre os tratados de *ars dictandi* no período em que estes foram escritos. Uma nova epistolografia, que retoma as cartas romanas (inicialmente de Cícero) e busca romper com a rigidez das regras retóricas medievais surgirá com o humanismo dos séculos XIV e XV, tendo como Petrarca (1304-1374) um dos fundadores desse novo movimento. No entanto, durante o século XV ainda havia convivência das regras medievais com a nova epistolografia. (*ibidem*, p. 43) E se olharmos para as cartas hussitas, encontraremos a estrutura presente na *Rationes dictandi*. Selecionamos uma carta escrita por Hus que consideramos exprimir mais claramente essa estrutura.

Hus inicia a carta de número 28, destinada aos praguenses, com a saudação, colocando seus destinatários em primeiro lugar, mostrando a importância que lhes dá. Coloca-se numa posição

de humildade, não apenas por apresentar o remetente após o destinatário, mas também pelos adjetivos que utiliza:

Para todos os fiéis e zelosos pelo Senhor Jesus Cristo e por Sua palavra que vivem na cidade de Praga. Mestre Jan Hus, servo de Deus, um sacerdote inútil, deseja-lhes perseverança no amor a Deus.

Segue para a petição, destacando a importância da matéria que trata na carta:

Meus bem-amados, suplico-lhes, com toda a força de meu coração, que não abandonem a verdade que aprenderam e cujo conhecimento lhes foi generosamente concedido pelo misericordioso Salvador.

Apresenta, então, com a captação da benevolência, por meio de uma disposição esperada da parte dos destinatários e da apresentação de como se sente. Utiliza uma citação de Paulo de Tarso, associando-se aos sentimentos expressos pelas palavras deste. Tocando nos sentimentos do leitor, Hus visa despertar uma boa disposição para ler a carta:

Tenho certeza que o senhor levará à perfeição a obra que iniciou em vocês, seus escolhidos, e dará a perseverança perante as tentações. Eu mesmo dependo da misericordiosa bondade de nosso Salvador, embora posso, neste momento, dizer com o apóstolo: “pois para mim o viver é Cristo e o morrer é lucro. Mas, se o viver na carne me dá a ocasião de trabalho frutífero, não sei bem o que escolher. Sinto-me num dilema: o meu desejo é partir e ir estar com Cristo, pois isso me é muito melhor, mas o permanecer na carne é mais necessário por vossa causa.” Isto escreveu o apóstolo Paulo para os Filipenses, quando confinado a uma prisão em Roma.

Segue, então, sua narração, apresentando o motivo de sua escrita, o fechamento da Capela de Belém e sua posição perante esse evento:

Da mesma maneira, digo-lhes, meus bem-amados, embora eu não esteja preso, preferia morrer com Cristo e estar com ele. No entanto, eu anseio trabalhar com vocês pela sua salvação. “O que escolher, não sei”, espero pela misericórdia de Deus. De fato, temo que muitos males

sejam cometidos contra vocês, que os fiéis sofram e os maus, por isso, percam suas almas. Estes se alegram enquanto exigem não apenas que a Palavra de Deus seja silenciada em mim, mas também que o lugar dessa palavra, Belém, seja fechada com barras de madeira. Permitirá o Deus onipotente que eles levem a cabo sua intenção? Porém, se Ele permitir que os criminosos causem sofrimento com seus atos, tal qual fizeram em Belém, onde ele nasceu, e em Jerusalém, onde ele nos redimiu, vamos, ainda assim, louvá-lo em sua graça, fazendo-nos humildes perante seu poder. Esse poder, que está com aqueles que o amam, liberta os que sofrem em seu nome e reserva o fogo eterno para aqueles que o insultam.

Retoma a petição inicial em forma de súplica, seguindo com uma nova captação da benevolência. Aqui, ele toca nos sentimentos do leitor apresentando-se como exemplo de perseverança a ser seguido:

Portanto, meus bem-amados, suplico-lhes que não se entreguem ao cansaço, mas rezem para que o Salvador nos dê a perseverança para seguir o que for bom. Confiemos em sua imensa bondade, para que ele liberte Sua palavra e nos ajude contra o Anticristo, que eu guerrearei com a ajuda de suas preces e, se o Cristo assim desejar, tendo a Palavra de Deus como minha arma.

Conclui sua carta, com uma frase que “nada contém que remeta diretamente à matéria da própria carta”, conforme propõe em uma de suas fórmulas o anônimo de Bolonha:

A paz e o amor, o progresso em tudo o que for bom e a vida eterna em glória no outro mundo são o que desejo, de nosso Senhor Jesus Cristo, a vocês. Amém.

Lemos uma carta como esta sem conhecermos as regras retóricas que a estruturam, faz com que nos percamos no nosso próprio discurso, impedindo que compreendamos o discurso do século XV. Sem conhecermos estas regras, nós lemos a carta com a lente do século XX, no qual há uma distância cada vez maior entre a escrita de cartas e nossas práticas de escrita cotidianas no atual mundo digital.

Apontamentos finais

O que compartilhamos por meio deste artigo foi um pedaço do exercício metodológico de investigação da história das fontes que utilizamos em nossa pesquisa de doutorado: as cartas de Jan Hus. Mais especificamente, descrevemos o modo como organizamos essas cartas a partir de suas várias edições e como um tratado de retórica medieval permitiu-nos entender o que estava escrito nelas.

Se há uma lição que aprendemos em nossa pesquisa e que pensamos em compartilhar por meio deste artigo é esta: mesmo que saibamos (ou imaginemos saber) quais as questões que queremos perguntar para nossas fontes, estas não se apresentam prontas. Quando iniciamos nossa pesquisa, dispúnhamos da tradução de Spinka das cartas de Hus e era nossa hipótese que aquele era o único conjunto disponível (considerando, é claro, ser este uma tradução de outro epistolário). Bastava-nos, portanto, ler, organizar e analisar aquela documentação. No entanto, ao levantarmos materiais que nos ajudassem a compreender aquelas fontes, descobrimos que havia versões diferentes das mesmas fontes. Não conseguiríamos avançar mais sem antes comparar essas versões, organizá-las num banco de dados e levantar questões a respeito das interpretações que nortearam diferentes edições e traduções. As fontes têm história e a investigação dessa história muda radicalmente aquela que nós escreveremos.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Thiago Borges de. **Jan Hus: as cartas de um educador e seu legado imortal**. 2010. 305 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALVES, Fábio, MAGALHÃES, Célia, PAGANO, Adriana. **Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2003.

BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs.). **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: UPF, 2002.

BONNECHOSE, Émile de. (ed.) **Letters of John Hus: written during his exile and imprisonment, with Martin Luther's preface and containing a general view of the works of Huss**. Tradução para o inglês de Campbell

Mackenzie. Edimburgo: William Whyte & Co, 1846.

CHODAN, Tim. **The use and abuse of Jan Hus as an historical figure in czech culture or cooking your own goose: three czech recipes.** 1999. 133 f. Dissertação (Master of Arts em História) - Department of History and Classics, Faculty of Graduate Studies and Research, University of Alberta. Edmonton, Alberta, Canadá, 1999.

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora:** estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HUS, Johannes; HIERONYMUS. **Historia et monumenta Joannis Hus et Hieronymi Pragensis confessorum Christi.** Frankfurt: Joannes Montanus et Ulricus Neuberus, 1558.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média.** Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LUTERO, Martinho. **Epistolæ quaedam piissimæ et eruditissimæ Iohannis Hus, quæ solæ satis declarant papistarum pietates, esse Satanæ furias.** Wittemberg: Officina Ioannis Lufft, 1537.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Cartas pedagógicas: fragmentos de um discurso. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs.). **Destinos das letras:** história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.

MONGELLI, Lênia Márcia. Retórica: a virtuosa elegância do bem dizer. In: MONGELLI, L. M. (coord.) **Trivium e quadrivium:** as artes liberais na Idade Média. Cotia: Íbis, 1999.

MORAES, Maria Rita Salzano. O que (se) passa na tradução? O que (ultra)passa a tradução? **Líteral.** Escola de Psicanálise de Campinas. jan-jun 2002, nº 5, pp. 169-178.

NOVOTNÝ, Václav. **M. Jana Husi Korespondence a dokumenty.** Praga: Komise pro vydávání pramenů náboženského hnutí českého, 1920.

OBERG, Renato Emir. **João Huss, um injustiçado?** 1972. 2 vol. 400 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História, 1973.

OBERG, Renato Emir. Kutna Hora. Influências morais e políticas no julgamento do mestre João Hus. **Revista de História.** São Paulo, 1971, nº 85, pp. 33-47.

OLIVEIRA, Alessandra Ramos. Equivalência: sinônimo de divergência. **Cadernos de Tradução.** Universidade Federal de Santa Catarina. jan-jun 2007, nº 19, pp. 97-114.

PALACKÝ, Franciscus. **Documenta mag. Joannis Hus: vitam, doctrinam, causam in constantiensi concilio actam at controversias de religione in Bohemia annis 1403-1418 motas.** Praga: Sumptibus Friderici Tempsky, 1869.

SPINKA, Matthew (ed.). **The letters of John Hus.** Manchester, USA: Manchester University Press, 1972.

TIN, Emerson (org.). **A arte de escrever cartas.** Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

WORKMAN, Herbert B.; POPE, R. Martin. **The letters of John Hus:** with introductions and explanatory notes. Londres: Hodder and Stoughton, 1904.

Notas

- 1 Clérigo e educador da região da Boêmia, nascido em cerca de 1369 e morto na fogueira do Concílio de Constança em 6 de julho de 1415, condenado como heresiarca.
- 2 Esta afirmação, de certa forma, corroborava nossa hipótese de que Hus fora um educador, visto que associava sua ação religiosa à sua ação educativa.
- 3 A utilização do símbolo “?” ao final de uma palavra permite fazer uma busca truncada, na qual termos que começam com as letras anteriores à interrogação sejam pesquisados. Por exemplo: “tcheco?” pesquisa por “tcheco”, “tchecos”, “tchecoslovaquia” etc e “medieva?” apresenta versões para “medieval” em diversas línguas.

Sobre o autor:

Thiago Borges de Aguiar, Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo.

